

HABEAS CORPUS Nº 457.114 - RS (2018/0161470-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : JOAO CARLOS ROCHA ALMEIDA
ADVOGADO : JOAO CARLOS ROCHA ALMEIDA - RS041968
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
PACIENTE : R C DOS S

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de R C DOS S contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Apelação Cível n. 0120143-81.2018.8.21.7000).

Foi julgada procedente a representação oferecida contra o paciente, relativamente à prática do ato infracional tipificado no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, na forma do art. 14, inciso II, combinado com o art. 61, inciso II, alínea "f", todos do Código Penal, aplicando-lhe medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado.

Irresignada, a defesa interpôs apelação e postulou a abertura de vista para a apresentação das razões recursais nos termos do art. 600 do Código de Processo Penal, que foram devidamente juntadas.

Após a apresentação das contrarrazões, o Ministério Público, ao verificar que o paciente não foi intimado da sentença, requereu a sua regular intimação, o que foi efetivamente cumprido.

O Tribunal de origem não conheceu do recurso de apelação, pois foi interposto "*sem a simultaneidade das razões recursais*" (fl. 71), em desacordo com o disposto no art. 1.010 do CPC/15.

No presente *writ*, a defesa alega que "*o prazo recursal do paciente teve início quando da intimação do mesmo, que teve o cuidado de comunicar a oficiala de justiça de seu interesse em recorrer. Assim, considerando que as razões e contra-razões recursais foram apresentadas antes da intimação da sentença condenatória do paciente, não se fala em falta de simultaneidade na apresentação razões recursais*" (fl. 4).

Requer, assim, liminarmente e no mérito, o conhecimento do recurso de apelação e a análise das matérias suscitadas.

A liminar foi deferida para determinar que o Tribunal de origem

prosseguisse no exame do recurso de apelação (fls. 82/85).

O Ministério Público Federal opinou pela não conhecimento do *writ*, mas pela concessão da ordem, de ofício (fls. 92/97).

É o relatório.

Decido.

Em consulta realizada à página eletrônica do TJRS, verifica-se que, em 29/8/2018, em observância à liminar satisfativa deferida no presente *writ*, foi julgado o mérito da apelação interposta pelo paciente. Na ocasião, foi negado provimento ao reclamo, que transitou em julgado em 2/10/2018.

Dessa forma, não há como negar a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator